



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TERRITORIALIDADES E CONFLITOS EM FRONTEIRA: OS MATSÉS NA FRONTEIRA BRASIL-PERU

Rodrigo Oliveira Braga Reis
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista FAPEAM (RH-Interiorização)
roliveiraam@gmail.com

RESUMO:

A pesquisa, em andamento, insere-se na temática da relação entre etnicidade e nacionalidade como expressões identitárias inter-relacionadas em um espaço sociocultural de fronteiras políticas entre países, neste caso: Brasil e Peru. As fronteiras configuram-se espaços em constante transformação, os quais possibilitam observar as estratégias dos Estados e das populações locais de definição e redefinição territorial. Constituem-se, portanto, em tema profícuo para análises dos processos migratórios, dos conflitos sociais e da formação de identidades étnicas, nacionais e transnacionais. Para tanto a utilização de técnicas de Cartografia Social apresenta-se como caminho viável para a construção de uma base empírica dos fluxos, mobilidade e assentamento dos Matsés na fronteira, de suas principais características socioculturais e da complexidade de suas relações étnicas e interétnicas.

Palavras-chave: fronteiras - territorialidade – conflitos – etnicidade – nacionalidades

Introdução

A consolidação dos Estados Nacionais latino-americanos a partir do século XIX fundamentou-se em relações sociais, políticas e econômicas desenvolvidas no período colonial. O processo de estabelecimento das fronteiras geopolíticas através da delimitação territorial, de políticas para garantia da soberania nacional e *nacionalização*¹ das populações indígenas das regiões de fronteira, representou – para os povos ameríndios que sobreviveram à violência da colonização européia – a continuidade de violentas práticas jurídicas, políticas e ideológicas. A este respeito, a literatura informa que a região de fronteiras entre Brasil, Colômbia e Peru se consolidou sobre o território ancestral de diversas etnias, dentre elas os Ticuna e os Matsés².

¹ A este respeito, consultar: *Los Ticuna frente a los procesos de nacionalización*, capítulo 2 da Tese de Doutorado de Claudia Leonor López Garcés, intitulada *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: Etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del alto Amazonas/ Solimões* (2000).

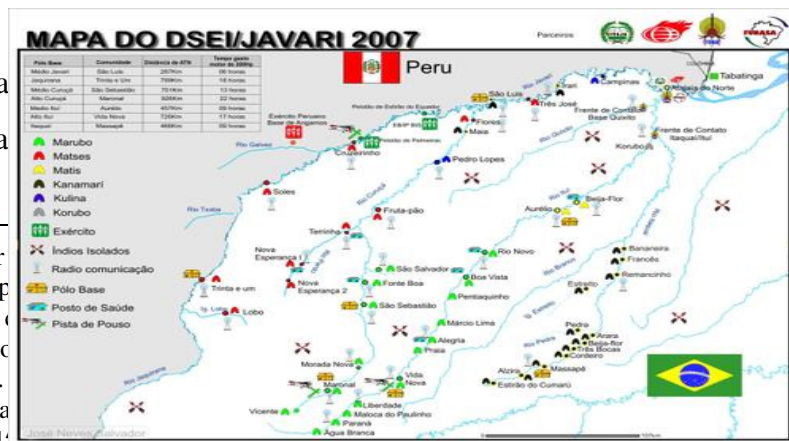
² Povo Matsés, também conhecido como Mayoruna, falante de língua Pano e habitante da região de fronteira Brasil e Peru. Distribuída em oito comunidades nos rios Javari, Curuçá, Pardo e Igarapé Lobo, a população Matsés no Brasil chega a 943 pessoas. No Peru, segundo dados de Fleck (2003), a população é de 1314 pessoas, distribuídas em 14 comunidades nos rios Gálvez, Choba e Javari (Matos, 2009).

A pesquisa em andamento insere-se na temática da relação entre etnicidade e nacionalidade, estas compreendidas como expressões identitárias inter-relacionadas em um espaço sociocultural de fronteiras políticas entre países. Orientada pelas seguintes questões: Qual o impacto dos limites nacionais para a organização social dos Matsés que habitam a região de fronteira entre Brasil e Peru? Quais as estratégias de organização dos Matsés diante das imposições dos limites territoriais do Brasil e do Peru? Como concebem a fronteira entre os dois países e até que ponto esta fronteira estabelece uma fronteira *intraétnica*³?

A definição do tema e do objeto desta pesquisa é resultado da vivência numa das fronteiras amazônicas, desde setembro de 2006 quando passo a trabalhar e residir no município de Benjamin Constant-AM. As informações e reflexões contidas neste artigo são resultantes da experiência enquanto professor do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (Campus de Benjamin Constant/AM), em especial da relação estabelecida com o Movimento Indígena do Vale do Javari através de ações de extensão universitária voltadas à assessoria às lideranças e organizações indígenas, realizadas a partir de agosto de 2007.

A participação em diversas reuniões, seminários e assembleias do movimento indígena, no município de Atalaia do Norte/AM e em comunidades situadas na Terra Indígena (TI) Vale do Javari⁴(Figura1) possibilitou conhecer os problemas vivenciados pelas diferentes etnias que habitam esta TI, tais como os altos índices de malária e hepatites, precariedade da educação escolar e conflitos decorrentes da invasão da TI por madeireiros, pescadores e caçadores. Os relatos sobre a presença de invasores indicavam,

principalmente, os limites da Terra Indígena



³ Ao analisar Alto Solimões, López reconheceu o uso empregado pela autêntico grupo étnico.

⁴ Na fronteira vivem cerca de 3.640 Matsés (Mayoruna), além de outros grupos indígenas como os Jutai, Jandiatuba e Quixoto.

fronteiras do Brasil e do Peru. No sentido de relações do

há na qual o Matis, Alto Jutai, Jandiatuba e Quixoto.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

com o estado brasileiro do Acre e com o Peru.

Em outubro de 2008, durante o *I Seminário sobre Realidade sócio-ambiental na Fronteira Brasil-Peru-Colômbia*, ocorreu o primeiro contato com lideranças Matsés das comunidades situadas no lado peruano da fronteira, as quais acrescentavam aos relatos sobre conflitos os gerados pela concessão do governo peruano de exploração petrolífera em territórios indígenas. Este conflito intensificou-se na Amazônia peruana e resultou em violentos confrontos entre indígenas e a polícia peruana⁵, voltando a ser tema de debate na segunda edição do seminário em 2009. Estes contatos e a articulação com movimentos indígenas, organizações indigenistas e outros movimentos sociais que atuam na região despertou o interesse pelo estudo sobre os conflitos sociais, culturais e ambientais envolvendo populações indígenas.

Soma-se ao interesse tratado acima o fato de que, apesar da vasta literatura etnológica existente sobre os povos Pano, muito pouco se escreveu sobre os Matsés. Entre as pesquisas realizadas sobre os Matsés no Peru, encontramos duas teses de doutorado (Romanoff, 1984; Matlock, 2002) e alguns trabalhos manuscritos (Calixto, 1985, 1986a, 1986b, 1987). No Brasil, há uma dissertação de mestrado (Coutinho Jr., 1993), trabalhos etnológicos de pequeno porte produzidos por antropólogos nos estudos preliminares e campanhas para a demarcação da Terra Indígena do Vale do Javari (Cavuscens, S. & Neves, L. J., 1986) e o próprio relatório de identificação (Coutinho

⁵ A crise eclodiu quando o movimento indígena decidiu bloquear estradas e rios, para pedir a revogação de decretos legislativos ditados excepcionalmente pelo presidente Alan Garcia em junho de 2008, determinando o processo de implementação do Tratado de Livre Comercio (TLC) entre Peru e Estados Unidos. Os manifestantes argumentavam que o conjunto de leis, que, em termos gerais, facilita a entrada de investimentos estrangeiros para a exploração dos recursos hidrocarboníferos da selva peruana, desrespeita os direitos de propriedade dos povos ancestrais da floresta. Cf. *A queda de braço entre povos indígenas e o presidente Alan Garcia*, Maria Emília Coelho. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/18731352/O-Massacre-de-Bagua>)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Jr.,1998). Informações mais recentes sobre os Matsés no Brasil estão sendo produzidas pela equipe do Centro de Trabalho Indigenista - CTI, especialmente por Beatriz de Almeida Matos que além dos relatórios e informativos da referida organização indigenista defendeu em 2009 a dissertação intitulada: *Os Matsés e os Outros – elementos para a etnografia de um povo indígena do Javari*.

1. Fundamentos conceituais

1.1 Fronteiras, Estados Nacionais e Sociedades Fronteiriças

Um dos desafios analíticos que emergem na presente investigação é rediscutir o conceito de Estado-nação para reconstruir o conhecimento dos processos de configuração do espaço fronteiriço na Amazônia. O uso do conceito de Estado-nação constitui aporte analítico confiável para a análise das fronteiras territoriais na Amazônia e ajuda a especificar o sentido do conceito de fronteira que está sendo empregado aqui.

A concepção de Estado-Nação moderna e sua expressão de fronteira exclusiva e linear são usualmente associadas aos conceitos de soberania e ao princípio do controle territorial. Nesse sentido, as fronteiras entre Estados podem ser analisadas, ao mesmo tempo, como instituições e processos. As primeiras são produtos de decisões políticas reguladas por textos legais (ex. tratados internacionais); enquanto processos expressam a instrumentação das políticas do Estado, os quais são restringidos pelo grau de controle efetivo que ditas políticas têm sobre a mesma fronteira estatal e atuam como marcas de identidade nacional, ou como sugere Benedict Anderson (1993) como “comunidades imaginadas”.

O predomínio das explicações que enfatizam o Estado-nação como ator principal para abordar as relações e os conflitos nas fronteiras entre Estados vem sendo substituída por marcos de análises mais flexíveis e adequados, como as concepções de territorialidade.

Zárate Botía analisando estudos na fronteira amazônica aponta que na maioria dos estudos realizados por antropólogos o espaço fronteiriço aparece somente enquanto pano de fundo ou como interessante cenário de encontros culturais. E, comparando com casos de antropólogos que pesquisam *na cidade*, mas não *a cidade*, afirma que a fronteira enquanto objeto tem sido relegada por ser considerada algo meramente



circunstancial (p.38, 2008). Corroborando com a crítica feita por este importante pesquisador a presente pesquisa toma a fronteira como elemento central.

Entre as diferentes concepções sobre fronteiras internacionais e as zonas de fronteira algumas advertem que as fronteiras são lugares singulares que, entre outras coisas, se caracterizam por ser o espaço de encontro da alteridade, por serem locais de conflitos étnico e por serem espaços de contato e acomodação nacional e transnacional.

Segundo José de Souza Martins, 2009:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (marcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (p.11).

1.2 Territórios e Territorialidades

O conceito de "território" surgido no âmbito da Geografia, mas bastante discutido do ponto de vista antropológico, requer uma perspectiva analítica capaz de transcender o nível puramente espacial ou geográfico. Esta limitação é insuficiente para dar conta das diferentes e complexas dinâmicas socioculturais e políticas das populações que os habitam, verdadeiras responsáveis de sua definição e caracterização.

Em diversas concepções, o território é entendido como um espaço onde se manifesta o poder de alguém. A construção do Estado Nacional na modernidade, por algum tempo, tornou exclusivo e tão forte este poder que território e Estado Nacional foram indissociáveis até como escala de análise geográfica, não se permitindo outra territorialidade que não a do Estado-nação.

Entre os teóricos da Geografia, temos de um lado concepções como a de Ratzel, para o qual só existe o poder do Estado, logo, só existe um nível de análise espacial. Em contraposição, podemos citar a revisão feita por Raffestin, optando por uma abordagem relacional por entender que nas relações há sempre poder e que “as relações são capazes de tornar inteligível o poder político e suas manifestações espaciais.” (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

Compreendemos que território define-se por aquele materializado no espaço como um campo de forças, definido e delimitado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993), disputadas e/ou combinadas entre o poder do Estado e o poder do grupo. Em outras palavras, o território é uma construção social, sujeita às transformações históricas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que produzem diferentes grupos humanos em contínua inter-relação, os quais competem pelo controle e apropriação de recursos econômicos e pelo poder político dentro de um espaço geográfico definido.

Em consonância com estes autores, a pesquisa parte da consideração de que o contexto transfronteiriço está em constante disputa e a construção de territórios e territorialidades deve ser observada a partir dos diversos atores sociais envolvidos, problematizando as ações de dominação e exploração, tanto política quanto econômicas, mas, principalmente, enfatizando as diversas formas de resistência e de redefinições territoriais e das relações interétnicas operadas pelas sociedades indígenas.

1.3 Identidade

Em sua pesquisa sobre a territorialidade Jamamadi, Ayres de Paula (2005) faz referência à teoria da estruturação desenvolvida por Giddens. Segundo a autora, esta teoria nos permite vislumbrar como o grupo no seu dia a dia, nas relações entre si e com os outros, põe em prática ações e decisões resultantes de duas dimensões sociais: a do grupo, enquanto indígena, e a da sociedade que o envolve, a “nacional”. Além de tratar de tempo e espaço, esta abordagem teórica tem como princípio a concepção de que o ator social não é mero autômato de uma estrutura imposta, pois tem possibilidades de agir conscientemente e de monitorar suas ações contribuindo para o dinamismo dos sistemas sociais modernos (GIDDENS, 2003 apud AYRES DE PAULA, 2005). O modo tradicional mantém as relações internas do grupo, o seu cotidiano, enquanto nas relações com o outro buscam o entendimento do funcionamento das instituições e o domínio da língua das sociedades nacionais para uma relação em igualdade de condições, sem perder o mote principal da razão de sua existência, a diferenciação étnica, a sua identidade e a identidade do grupo.

A identidade étnica está vinculada ao grupo a que pertence, com diferenças lingüísticas, de organização social e cultural e especialmente de transformação de seu espaço. Seus mitos, religiosidade e relações sociais definem normas diferenciadas de apropriação dos recursos ambientais e, portanto, configuram espaços de representação também diferenciados.

Devemos ressaltar que a base material, no nosso caso territorial, serve de referente para a construção de muitas identidades. Assim como a identidade individual,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a identidade social é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo de subjetividade e de objetividade (AYRES DE PAULA, 2005).

A identidade, assim, não está desvinculada de grupo em qualquer contexto geográfico. A etnia, segundo Cardoso de Oliveira não tem substância, não é sequer uma propriedade, uma qualidade ou uma categoria que possa ser atualizada (OLIVEIRA, 1976). Ela somente é, tem existência, vinculada a um grupo. Um grupo com uma forma de organização social específica e diferenciada do grupo de contexto. “O que marcam as fronteiras do grupo étnico são sua organização social e os modos de auto-atribuição e atribuição pelos outros da identidade étnica em si” (OLIVEIRA, 1976, p.63).

2. O contexto transfronteiriço

2.1 A Região do Alto Solimões

A região do Alto Solimões, que inclui 9 municípios do Estado do Amazonas: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, com uma área de 214.217,80 Km² e uma população estimada em 211.071 habitantes (**Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>)).

Marcada pela presença de 38 Terras Indígenas, pertencentes a vários povos, entre eles: Tikuna, Kokama, Marubo, Korubo, Matsés/Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina, Kambeba, Kulina (Madjá). Há também inúmeras comunidades ribeirinhas (pescadores, agricultores, seringueiros, extratores e coletores de modo geral). Suas cidades são de pequeno porte e abrigam populações migrantes da zona rural, da fronteira colombiana e peruana; além de pessoas de outras regiões: profissionais, militares, religiosos, etc. A região do Alto Solimões, é conhecida desde o século XVI pelas viagens de militares, religiosos, cientistas e aventureiros e descrita de várias maneiras, cujas imagens criadas por essa literatura variam de acordo com os interesses, mentalidades e espírito das épocas. Neste itinerário de autores encontramos: Diogo Nunes -1538; Carvajal – 1542; Acuña – 1637; Samuel Fritz – 1686-1725; La Condamine 1735-45; e muitos outros cientistas e naturalistas do século XIX (Spix & Martius; Alfred Russel Wallace; Paul Marcoy; Walter Henry Bates); entre outros. No século XX, entre os mais conhecidos estão os estudos de Curt Nimuendaju, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira. Vale ressaltar também as pesquisas



desenvolvidas na Colômbia e no Peru, como os trabalhos de Jean Pierre Chaumeil, Jean Pierre Goulard, Dimitri Karadimas, Roberto Pineda Camacho e Calos G. Zárata Botía.

2.2 A situação dos Povos da Terra Indígena do Vale do Javari

A Terra Indígena do Vale do Javari está localizada na fronteira do Brasil com o Peru, abrangendo uma área de 8.544.448ha, na qual vivem cerca de 3645 indígenas (Funasa: 2006) das etnias: Kanamari, Korubo, Kulina, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), além de grupos isolados/autônomos localizados no Alto Jutaí, no Jandiatuba e no Quixito.

Historicamente os índios desta região vêm sofrendo impactos sucessivos em virtude dos ciclos econômicos empreendidos no Estado do Amazonas, do contato com a lógica de mercado e, sobretudo com a forma que vem sendo explorados indiscriminadamente e desordenadamente os recursos naturais da região - notadamente os recursos madeireiros e pesqueiros pelos não indígenas. A prova disto está nas frequentes invasões às terras e comunidades indígenas devidamente demarcadas e homologadas o que vem ocasionando sucessivos embates e conflitos diretos e indiretos com não-índios provenientes do próprio território nacional, mas principalmente dos países da fronteira, a Colômbia e o Peru. Restando aos indígenas na medida das suas possibilidades a implementação de formas de manejo tradicionais e a denúncia corrente dos problemas ambientais em suas áreas.

Estas populações enfrentam problemas, principalmente, de saúde, educação e fiscalização territorial. Em diversas reuniões, audiências e assembléias o movimento indígena do Vale do Javari tem procurado aprofundar a reflexão sobre estes temas e intensificam a busca por alternativas⁶.

2.3 Os Matsés e os conflitos sócio-ambientais na fronteira Brasil-Peru

[...] no [Rio] Batã tinha uma casa de apoio que foi queimada pelos peruanos que invadiam querendo retirar madeira da área. Nos igarapés Buch, Lopes e Soles tem muita fartura de peixe. Os Matsés moravam no Peru e depois vieram para o Brasil, fizeram caminhos para percorrer para outras localidades até chegar no [Rio] Jaquirana. Antigamente moravam na cabeceira do [Rio] Choba. Nesta região, tem uma árvore sagrada que não

⁶ Cf. MÁRQUEZ, Juan Carlos P., REIS, Rodrigo (Coord.). **Memória da Cartografia Social** - I Seminário Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari, Atalaia do Norte. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

podem derrubar, tiram as cascas de Envira para fazer festa com o pajé onde só participam as mulheres. Tiveram um problema no qual morreram muita gente e depois migraram para o Lobo atravessando os rios. Do Lobo fizeram um caminho para chegar ao Pardo e encontramos várias farturas de animais e fizeram casa deles aí, depois fizeram outro caminho para chegar no 31 onde é mais perto. Tem índios isolados dentro do nosso território e fora dele perto do Soles, na cabeceira do Batã tem outros grupos isolados (Vitor Matsés, durante o I Seminário: Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari, Atalaia do Norte-AM, 11 a 14 de junho de 2009).

A breve narrativa que apresentamos acima sintetiza as diferentes situações que interferem na vida dos Matsés, impelindo deslocamentos, aproximações e conflitos com outras populações indígenas e não-indígenas. Apresentaremos a seguir alguns dados que nos aproximam desta realidade e nos apontam possíveis caminhos na continuidade da pesquisa.

Também conhecidos como Mayoruna, os Matsés habitam a região de fronteira Brasil-Peru. No Brasil, com uma população aproximada de 1.143 pessoas (FUNASA, 2007), suas comunidades estão distribuídas ao longo da bacia do rio Javari, principalmente na área que compreende a TI Vale do Javari. No Peru, a população, segundo Fleck (2003), está distribuída em 14 comunidades na terra denominada de “Comunidad Nativa Matsés”.

Devemos ter presente que para determinar a área em que vivem os Matsés deve-se considerar um contínuo processo de territorialização através do estabelecimento de comunidades, das roças utilizadas cotidianamente e antigas que podem ser reocupadas, das expedições de caça e pesca, do deslocamento de famílias para cidades brasileiras e peruanas, como Angamos, Palmeiras do Javari, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. Portanto, uma intensa mobilidade de famílias entre as aldeias e cidades, que impossibilitam a exatidão dos dados populacionais e de localização.

Os diálogos com as lideranças Matsés - assim como de outras etnias do Movimento Indígena no Vale do Javari - e a literatura disponível apresentam alguns momentos importantes para a compreensão da situação dos Matsés na fronteira entre o Brasil e o Peru.

Antes do estabelecimento de um contato mais permanente com os não-indígenas houve o chamado *Período de Guerras* (MATOS 2008a; 2008b; 2009), descrito por Matos (2008a) da seguinte forma:



Ao longo do século XX, até a década de 60, os Matsés empreenderam ataques a diferentes malocas ou grupos, muitas vezes falantes de línguas Pano. Nestes ataques, a prática era de exterminar os homens e raptar mulheres e crianças, que eram incorporadas às famílias dos guerreiros como esposas e filhos.

Com relação aos não-índios os intensos conflitos deste período vinculam-se a exploração da borracha no Javari. Primeiramente, no período que compreende as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, as pesquisas realizadas não encontram registros de conflitos com os Matsés que através de uma dispersão que lhes possibilitou o afastamento das frentes seringueiras. Esta dispersão ou ocultamento deve ser entendida como uma prática de resistência e também é registrada por Lopez Garcés (2005) em relação aos Tikuna, tanto no período colonial quanto posteriormente no período de definição das fronteiras dos estados nacionais:

[...] sin embargo, la estrategia de resistencia predominante que los Ticuna mantuvieron durante todo el período colonial y que continuaron manteniendo posteriormente, a través del ocultamiento en el interior de la selva como hábitat que conocían y al cual ya estaban acostumbrados, pudo haberse constituido también en un mecanismo efectivo que los mantuvo a salvo de contagios masivos, por lo menos hasta su contacto permanente con las misiones españolas y los poblados portugueses. Esta estrategia les permitió además la continuidad de sus dinámicas socio-culturales, que pudieron controlar con mayor independencia que otros pueblos indígenas que estuvieron en permanente contacto (p.71)

No entanto, conflitos diretos aparecem nos relatos a partir da década de 1920, marcados de um lado por uma resistência de caráter mais guerreira dos Matsés e de outro pelas expedições punitivas chamadas comumente de “correrias”.

Além da exploração da borracha a presença dos não-indígenas na região também se caracterizará pela atividade madeireira e pelo comércio de carne e pele de animais da floresta. Atualmente ainda é bastante intenso o conflito decorrente da ação de madeireiros⁷ e de pescadores e caçadores não-indígenas.

O outro momento importante é o período de uma maior sedentarização ou da vida em comunidades, resultante principalmente da presença missionária do Summer Institut of Linguistics (SIL) no lado peruano e no Brasil pela ação da FUNAI (a partir de 1971) e a criação da TI do Vale do Javari. A partir de então pode se perceber grandes

⁷ Principalmente de madeireiros estabelecidos no Peru, sobre este assunto cf. NASCIMENTO, Hilton. Madeireiros peruanos detonam o Vale do Javari. In: RICARDO B., RICARDO F., (Eds.) Povos Indígenas no Brasil 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006a. pp. 440-442



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mudanças entre os Matsés, como o estabelecimento de relações não-belicosas com certos brancos (MATOS, 2008a).

Chamamos atenção para o fato de que o estabelecimento de comunidades próximas às missionárias ou em locais que facilitem o acesso a órgãos governamentais como a FUNAI, não significa o fim da mobilidade e muito menos podemos supor que houve um “amansamento” dos Matsés.

Matos (2008b), ao tratar da atual ocupação territorial dos Matsés afirma:

Para os Matsés que vivem na Terra Indígena no lado brasileiro, outro fator que influi na escolha da localização das casas/roças dispersas é a vontade de defender o território. O grupo de irmãos, considerados os “caciques” da aldeia Lobo, por exemplo, mantém roças em pontos importantes da fronteira e realiza expedições de vigilância por conta própria. Eles contam que já tiveram que expulsar invasores e que uma de suas casas de apoio foi queimada criminalmente⁸.

A situação fronteiriça agrava-se pelo fato de que, apesar da homologação da T.I. do Vale do Javari em 2001, a falta de fiscalização permite ainda hoje que madeireiros, caçadores e pescadores ilegais atuem em certas regiões. Sendo este um dos assuntos sempre presentes nos encontros e seminários realizados pelo movimento indígena que cobra do governo brasileiro uma maior atuação como podemos ver nas reivindicações a seguir:

Criação do Posto de Vigilância do Curuçá para proteção dos povos indígenas que vivem na região e dos recursos naturais ali presentes. A criação do referido Posto fica condicionada ao entendimento com lideranças Marúbo, Kanamary, Mayoruna e Kulína, das calhas dos rios Javari, Curuçá e Pardo. Para isso, deverá ocorrer a transferência do PIN Curuçá para a foz do rio Curuçá. Que a DAS, a CPTI e a AER/ATN se comprometam em viabilizar os meios para a instalação da infra-estrutura do Posto de Vigilância;

Fiscalização aérea por parte da AER/ATN na região do Batã para fiscalizar a existência de pistas e atividades clandestinas no interior da Terra Indígena;

[...] FUNAI Apoiar a iniciativa das associações locais sobre a criação do posto de vigilância no rio pardo para que os próprios indígenas possam vigiar; (MÁRQUEZ; REIS, 2011, p.65).

Este processo de relativa sedentarização e a participação dos Matsés na organização do movimento indígena nos dois países apresentam elementos de novas

⁸ Ver também: MATOS, B. 2006. “Os Mayoruna e a vigilância da fronteira.” In: Beto Ricardo, Fany Ricardo. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil, 2000-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 443-443.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

formas de resistência articuladas à definição de novas alianças com os demais grupos indígenas, mas também com determinados segmentos da sociedade envolvente.

Por fim, outros dois elementos compõem a realidade destas populações: o precário atendimento à saúde na região e a concessão de lotes para a exploração petrolífera no Peru. Ambos mencionados no início deste artigo são aspectos que interferem diretamente na vida destes povos - não se restringindo aos Matsés. O primeiro, com as inúmeras mortes causadas, têm desmembrado famílias e dividido comunidades interferindo diretamente na organização social como podemos perceber através do relato de festas e rituais que têm sido abandonados. O segundo, para além dos conflitos violentos com a polícia peruana já mencionados, pode ser exemplificado por esta última citação:

A grande preocupação para os grupos sociais estabelecidos tradicionalmente neste território são as políticas econômicas que os países discutem para atuação das grandes empresas multinacionais como o loteamento do território peruano nas margens do rio Javari, para exploração da madeira, petróleo, e outras riquezas existentes no solo e subsolo. Que tal loteamento é de europeus, norte-americanos, asiáticos, [...], irão gerar graves problemas de degradação ambiental, poluirão os rios e destruirão a floresta das nossas fronteiras. (MÁRQUEZ; REIS, 2011, pp.63 e 64).

Considerações Finais

O que ora apresentamos neste texto compreende por um lado, a reflexão de informações colhidas no diálogo com lideranças indígenas, na participação nos encontros, seminários, assembleias do movimento indígena e, por outro, um exercício de compilação e avaliação da produção acadêmica existente sobre a temática proposta – fronteiras nacionais, sociedades transfronteiriças, identidade, etnicidades, nacionalidades, territorialidades. Temos plena consciência da necessidade de intensificar a consulta às fontes primárias de arquivos e dados censitários e estatísticos, para documentar o contexto histórico, econômico, sociopolítico, cultural e ambiental do surgimento e transformação fronteiriço, o que permitirá estabelecer bases mais consistentes para a análise das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas na área de estudo e conhecer os diferentes processos de territorialização descritos na literatura e documentos de fontes primárias.

Além disso, gostaríamos de concluir esta comunicação trazendo para o debate a forma como pretendemos dar continuidade a esta pesquisa na fase em que se constituirá



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o trabalho de campo. Nesta etapa buscar-se-á a construção de uma base empírica dos fluxos, mobilidade e assentamento dos Matsés na fronteira, de suas principais características socioculturais e da complexidade de suas relações étnicas, interétnicas e sociais através da fronteira.

A construção de tal base empírica será orientada, no primeiro momento, pelos princípios metodológicos da cartografia social, somando instrumentos técnicos e vivenciais. Fundamentada conceitualmente na investigação-ação-participativa, nos parece ser a ferramenta mais adequada para a aproximação da comunidade e do modo como a comunidade constrói, delimita e significa seu espaço geográfico, socioeconômico e histórico-cultural. Isto se torna possível a partir da elaboração coletiva de mapas, a qual desperta processos de comunicação entre os participantes e põe em evidência diferentes tipos de saberes que juntos produzem uma imagem coletiva do território.

Serão elaborados mapas do passado, do presente e do futuro assim como "mapas temáticos" que nos permitam um maior conhecimento do entorno (mapas: administrativo e infra-estrutural, econômico, ecológico, mapa da rede de relações e de conflitos). Estes mapas configuram-se como instrumentos de motivação, reflexão e redescobrimto do território em um processo de consciência relacional, convidando aos habitantes do território a falar sobre eles próprios e as territorialidades.

Juntamente com a construção dos mapas, poderão ser utilizados outros instrumentos como: entrevistas (abertas e estruturadas), observação participante, assim como instrumentos vivenciais que podem ser: oficinas, trabalhos em equipe, narrativas de experiências cotidianas, plenárias, criação simbólica e material visual.

Após a elaboração desta base empírica procederemos a contraposição entre as informações dos Matsés - coletadas no campo através da construção dos mapas, das entrevistas e das narrativas – e as informações oficiais, entendidas como aquelas oriundas das instituições e ações governamentais, tanto do Peru quanto do Brasil.

Compreendemos que desta forma podemos contribuir para o que o antropólogo Aurélio Vianna Jr. denominou *reencantamento da cartografia*⁹, imprimindo a presença

⁹ Cf. VIANNA Jr., A. **O reencantamento da cartografia**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2, n.23, São Paulo, Junho de 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dos Matsés (e também de outros atores sociais) no contexto transfronteiriço, a qual é constantemente invisibilizada nas cartografias oficiais tanto do Brasil quanto do Peru.

Referencias

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de (org.). **Caderno de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. PNCSA/UEA Edições, 2010.2.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre El origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- AYRES DE PAULA, Sandra Aparecida. **Territorialidade indígena na Amazônia brasileira do Século XXI: o caso Jamamadi**. Curitiba, 2005 (dissertação de mestrado)
- CALIXTO MÉNDEZ, L. **Las practicas socio-culturales del uso de la tierra en el grupo étnico Matsés** (manuscrito), 1985.
- _____. **Implicancias de la sedentarización de los Matsés de ribera entre cazadores y agricultores**. Extracta, Lima, CIPA/Cultural Survival Quaterly. no.5, 1986a p.27-32
- _____. **Implicancias de los desplazamientos en la explotación del medio**. Iquitos: IIAP. Julio, 1986b. Manuscrito. 51p.
- _____. **La organización social Matsés y su sistema de valores y creencias**. Iquitos: IIAP. 1987. Manuscrito. 44p.
- CAVUSCENS, S; NEVES, L. J. **Povos Indígenas do Vale do Javari**. Manaus: Campanha Javari. CIMI, OPAN. 1986.
- COUTINHO Jr., W. **Branços e Barbudos**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1993.
- _____. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari**. Brasília: FUNAI, 1998.
- CTI, 2008. **Diagnóstico sobre a Educação Escolar Indígena na T.I. Vale do Javari**. <http://www.trabalhoindigenista.org.br/papers.asp>
- FLECK, D. **A Grammar of Matses**. PhD Thesis. Rice University, Houston, 2003.
- HABEGGER, S. y MANCILA. I. (2006): **El poder de la Cartografía Social en las prácticas contra hegemónicas o La Cartografía Social como estrategia para diagnosticar nuestro territorio**. Disponível em: http://areaciega.net/index.php/plain/cartografias/cartac/el_poder_de_la_cartografia_social
- LÓPEZ GARCÉS, Claudia L. **Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de frontera del alto Amazonas/Solimões**. Brasília: Ceppac, 2000 (tese de doutorado).
- _____. **Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: la historia de las relaciones interétnicas de los Ticuna**. In: RCO; BAINES, Stephen G. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora da UnB, 2005.
- MÁRQUEZ, Juan Carlos P., REIS, Rodrigo (Coord.). **Memória da Cartografia Social - I Seminário Saúde, Gestão Ambiental e Aproveitamento Sustentável do Vale do Javari, Atalaia do Norte**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2011.



- MATLOCK, James. **Registers of Resistance and Accommodation: The Structuration of a Peruvian Amazonian Society**. Ph.D. Dissertation in Anthropology, Southern Illinois University, Carbondale. 2002
- MATOS, B. “Os Mayoruna e a vigilância da fronteira.” In: Beto Ricardo, Fany Ricardo. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil, 2000-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p.443.
- _____. Os Matsés: aspectos históricos e contemporâneos. CTI, 2008a. Manuscrito. Disponível em: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/MatosBA_Os-Matsés-aspectos-historicos-e-contemporaneos.pdf acesso em maio de 2011.
- _____. Os Matsés. 2008b. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/matses> acesso maio de 2011.
- _____. **Os Matsés e os Outros** – elementos para a etnografia de um povo indígena do Javari/Beatriz de Almeida Matos – 2009 (Dissertação de Mestrado, MN/UFRJ).
- MATOS, B., MARUBO, J. “Colapso no Atendimento Provoca Retorno de Epidemias.” In: Beto Ricardo, Fany Ricardo. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil, 2000-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 444 – 445.
- NASCIMENTO, Hilton. Madeiros peruanos detonam o Vale do Javari. In: RICARDO B., RICARDO F., (Eds.) **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006a. pp. 440-442
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- OS MATSÉS eram assim. Produção de Delvair Montagner. Brasília: CPCE, UNB. Outubro 1996. VHS. 39min.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANOFF, S. **Matsés Adaptations in the Peruvian Amazon**, Ph.D. Dissertation, Columbia University, New York, 1984.
- SOUZA MARTINS, José de. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- VIANNA Jr., A. **O reencantamento da cartografia**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2, n.23, São Paulo, Junho de 2009.
- ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880-1932**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2008.